



Conselho Municipal  
de Educação

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024

Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, quarta-feira, às quinze horas, reuniu-se o Conselho Municipal de Educação de Camaragibe no auditório da Secretaria de Educação, sob a Presidência de Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos. Registraram presença Maria Ieda Nogueira, Jeanne Lopes Cabral, Aiza Arôxa Fernandes, Lígia Ramos Morses, Viviane de Bona, Noêmia Epifânio da Silva, Cíntia Carla do Nascimento da Silva - Titulares; Marcia Maria Alves e Silva, Josenilda Batista Alves e Rosineide Cabral da Silva Souza - Suplentes. Compareceu, também, a representante do Sindicato dos Servidores Municipais, Magna Bias, não-membro. Justificou a ausência, Júlio Antão Venâncio Filho. A presidente deu início à reunião, solicitando a leitura da ata referente ao dia vinte de março de dois mil e vinte e quatro, a qual foi aprovada. Seguindo para o tópico de comunicação do expediente, a presidente solicita aos representantes do conselho que integram a comissão de avaliação dos gestores que falem sobre o andamento do processo. Viviane de Bona iniciou comentando, que durante a última reunião, havia uma organização em virtude do processo de homologação, e que a partir do dia 1º de abril, a comissão de seleção passou efetivamente a analisar todos os candidatos que foram aprovados na documentação. Posteriormente, tinha os critérios de avaliação, que envolviam a pontuação em torno do currículo, conforme previsto no edital, bem como a avaliação do plano que será apresentado em uma próxima fase. A comissão avaliadora realizou reuniões presenciais durante os dias 2 e 8 de abril. Logo após, foi realizado um encontro virtual para então concluir os trabalhos, pois foi desenvolvido um processo juntos, havendo um foco mais técnico e direcionado aos planos de ação, considerando a relevância da representação de diferentes áreas. Os grupos provavelmente já concluíram suas atividades, uma vez que, a partir de amanhã, 18 de abril de 2024, as entrevistas começarão. Além disso, os memorandos e convites já foram enviados. A defesa dos planos ocorrerá nos dias 18, 19 e 25 de abril de dois mil e vinte e quatro, e o processo será finalizado no dia 26, quando as notas serão registradas. Viviane de Bona também enfatiza que o processo está sendo enriquecedor em termos de aprendizado, pois está proporcionando a oportunidade de conhecer a própria rede por meio da perspectiva dos próprios gestores candidatos. Jeanne Lopes Cabral menciona que o dia 26 de abril de 2024 é o prazo para interposição de recurso em relação à avaliação, especialmente para escolas com dois candidatos. O processo será encerrado completamente no dia 03 de maio. Viviane de Bona destaca que a comissão colaborou de forma conjunta, analisando todos os planos e debatendo-os. A conselheira Maria Ieda Nogueira indagou sobre a existência de uma fase posterior de formação para os candidatos selecionados. Viviane de Bona explicou que não se tratou especificamente de uma formação, mas sim de uma discussão sobre um momento subsequente ao processo. Durante essa discussão foi observado que os planos apresentados poderiam fornecer subsídios aos coordenadores, permitindo-lhes intervir de maneira adequada caso identifiquem alguma lacuna nas etapas de atendimento. A conselheira Maria Ieda Nogueira enfatiza a importância de realizar uma fase de formação com os candidatos selecionados. Em seguida, Luiz Paulo Ferreira do Amaral observa que, por meio da análise de todos os planos de ação, foi possível obter um retrato da forma como os gestores pensam na rede. Nesse retrato, foram identificadas algumas incoerências em relação à própria política do município. Por esse motivo, ele fala também da importância de um possível processo de formação em conjunto com o gabinete da secretaria de educação, conforme

48 mencionado anteriormente por Ieda, envolvendo os gestores selecionados. Como exemplo, Luiz  
49 Paulo menciona o caso de um gestor de uma escola que, além de turmas de ensino fundamental,  
50 também atua na educação infantil. No entanto, no plano de ação, a educação infantil não é  
51 mencionada. Ele ressalta a necessidade de incluir esses gestores no processo de formação, a fim de  
52 retomar a visão que eles têm da rede. Jeanne Lopes Cabral mencionou que houve um início de uma  
53 discussão acerca da criação de um programa de formação para gestores, reforçando que a ideia de  
54 trabalhar com os coordenadores também é muito válida. Posteriormente, a conselheira Aiza Arôxa  
55 Fernandes sugere que, durante o processo de formação para gestores, seja reservado um espaço  
56 para o departamento de acompanhamento escolar. Nesse espaço, seria possível discutir questões  
57 relacionadas à documentação escolar e à escrituração escolar. A mesma observa que enfrenta  
58 diversos problemas nessa área com algumas escolas, chegando a pensar que não há preocupação  
59 suficiente com o registro da escolaridade dos estudantes, e essa falta de atenção pode desencadear  
60 problemas futuros. Viviane de Bona sugere que seria benéfico o próprio conselho propor à secretaria  
61 a realização de uma formação para gestores. Essa formação poderia ocorrer com base nos  
62 resultados do processo seletivo, que proporcionou um diagnóstico da rede. Dessa forma, seria  
63 possível retomar os aspectos alinhados com as expectativas e desejos da Secretaria de Educação  
64 em relação à atuação da gestão. Maria Ieda Nogueira aborda a produção das normas para  
65 autorização, credenciamento e credenciamento de escolas. E em sua opinião, o primeiro passo  
66 consiste em realizar um seminário para todas as escolas que fazem parte do sistema, sejam elas da  
67 rede municipal ou privada. Esse seminário tem como objetivo apresentar as resoluções e destacar a  
68 importância de cada documento que deve compor o processo, não esperando apenas que as  
69 escolas executem as resoluções após sua publicação. Ela sugere a possibilidade de realização de  
70 seminários separados: um para discutir a resolução relacionada à educação infantil e outro para  
71 tratar da resolução do ensino fundamental. Essa separação permitiria um aprofundamento nas  
72 questões específicas de cada nível de ensino. Então, a conselheira Maria Ieda Nogueira conclui que é  
73 essencial promover a constituição de um seminário antes ou após a publicação das resoluções,  
74 para que todos compreendam o significado e a importância desse documento, bem como os  
75 motivos por trás das exigências nele contidas. Em seguida, a representante do Sindicato dos  
76 Servidores Municipais e professora do município, Magna Bias, ressalta a importância de que a  
77 formação seja continuada para gestores, mesmo que inicialmente concebida de forma pontual. Ela  
78 destaca que, devido à dinâmica da educação, é crucial assegurar a permanência dessa formação por  
79 meio de um documento oficial. A presidente, Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos expressa o  
80 desejo de que uma escola de gestores seja estabelecida no município, abrangendo aspectos como  
81 prestação de contas e documentação. Ela acredita que essa escola deveria contemplar o gestor de  
82 forma completa. Maria Ieda Nogueira complementa, afirmando que, se a formação for conduzida de  
83 maneira continuada, a própria ideia de uma escola de gestores já estará incorporada. Ela ainda  
84 sugere que a formação seja organizada em blocos, abordando diferentes aspectos, e reforça que a  
85 formação não deve ser vista como um momento isolado, mas sim como um processo. Em seguida, a  
86 presidente passa para a palavra dos conselheiros. A conselheira Viviane de Bona, representante da  
87 Universidade Federal de Pernambuco, informa que a greve foi aprovada. O resultado saiu no mesmo  
88 dia às 14 horas e a partir de segunda-feira, dia 22 de abril de 2024, os docentes também entrarão em  
89 greve, visto que até o momento apenas os técnicos estavam paralisados. A conselheira Aiza Arôxa  
90 Fernandes, como representante do departamento de acompanhamento escolar da Secretaria de  
91 Educação, informa que os diários de classe da educação infantil foram implantados no sítio  
92 eletrônico da educação de Camaragibe. A mesma informou que os diários estão em conformidade  
93 com a nova proposta curricular do município, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação de  
94 Camaragibe, e informa que essa implantação se refere exclusivamente à educação infantil. A

95 conselheira Lígia Ramos de Morses, menciona a luta pelo reajuste do piso salarial dos professores e  
96 acrescenta que existe um grande obstáculo para acessar as reuniões e os percentuais. Os  
97 percentuais enviados pelo Ministério da Educação não estão sendo repassados. No ano passado,  
98 não houve reajuste, e este ano foi acrescido apenas 1% ao reajuste anual, mas que teve uma perda  
99 de 13% referentes ao ano anterior. Ela também comenta sobre a demora nas negociações para o  
100 repasse. Por fim, a conselheira Maria Ieda Nogueira fala da importância de não negligenciarmos a  
101 relação entre as políticas do município e nossas próprias resoluções com o plano nacional de  
102 educação. Pois o Plano Nacional de Educação, que é adaptado para os níveis estaduais e  
103 municipais, muitas vezes permanece apenas no papel e todas as ações implementadas pelas  
104 escolas parecem desconhecer as metas estabelecidas no Plano Municipal, que está intrinsecamente  
105 ligado ao Plano Nacional. Portanto, é crucial que, durante a formação continuada dos gestores e na  
106 elaboração de documentos pelo conselho, estabeleçamos uma ligação entre a importância das  
107 políticas para a execução de um plano nacional de educação. Por fim, a Conselheira ainda reforça,  
108 que em 2025, quando o município estiver no processo de elaboração do seu plano municipal, é  
109 essencial que esteja fortemente alinhado com o plano nacional. Além disso, é importante criar uma  
110 comissão de acompanhamento para o novo plano, com representantes do Conselho Municipal de  
111 Educação. Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos,  
112 encerrou a reunião às quinze horas e cinquenta minutos. E, para constar, eu, Geonice Rafaela da Silva  
113 Ramos, Secretária, lavrei a presente ata, que, após aprovada, será assinada por mim e pela  
114 Presidenta, bem como por todos os conselheiros presentes.